

# EDITORIAL

Conflitos sociais e injustiças ambientais explorados na forma de estudos interdisciplinares têm sido uma temática recorrente nas publicações de **Ambiente & Sociedade**, que nesse volume 16-2 avança com base na análise crítica de contextos socioambientais, situações de conflito de interesses e aspectos divergentes inerentes à gestão dos recursos ambientais para processos pertinentes ao modo como os atores sociais vêm a se apropriar dos temas ambientais determinantes de sua própria qualidade de vida e a perspectiva de uma postura crítica e participante dos sujeitos dos riscos nos contextos em que, frequentemente, prevalecem anseios hegemônicos e desenvolvimentistas.

Os assimétricos conflitos inerentes ao superdesenvolvimento da modernidade, em sua capacidade de otimizar e explorar recursos, sobrelevando lucros e, por outro lado, acentuando desigualdades sociais e injustiças ambientais, produzindo e exacerbando riscos, vêm se deparando com uma resposta advinda da crítica social e acadêmica. Esse movimento de resposta permite delinear aspectos inerentes a uma modernização reflexiva. Nesse sentido, pode-se verificar que as ameaças emergentes advindas da modernização vêm a impulsionar um processo de autoconfrontação para com as certezas da sociedade industrial.

**Ambiente & Sociedade**, como veículo de produção acadêmica a serviço de uma sociedade mais justa e sob a perspectiva de uma relação mais equilibrada entre as necessidades humanas e os ecossistemas e seus serviços, oportuniza, especialmente nesse volume, um debate desde a problematização socioambiental deslocando-se para perspectivas de avanços para uma sociedade reflexiva.

Mediante aos riscos, efeitos colaterais da modernidade, um controle crítico se faz necessário sob a forma como os saberes acadêmicos subsidiam a postura da sociedade industrial, por exemplo, em decisões políticas para planos de desenvolvimento. Esse controle crítico mostra-se necessário especialmente para estabelecer uma conduta precaucionária, em que atores sociais, reconhecendo limites científicos, venham a mediar conflitos e decisões em que elevados graus de incertezas prevalecem, em situações de apostas elevadas que, geralmente, favorecem grupos elitizados, mas por outro lado, trazem a perspectiva de situações emergentes como grandes rupturas nos sistemas socioambientais, desastres, epidemias e mortalidades.

Desse modo, apresenta-se um primeiro agrupamento de artigos em que dialogam com contextos socioambientais, conflitos de interesse e aspectos inerentes à gestão

dos recursos ambientais. Assim, o texto de Jeroen Warner, Antoinette Sebastian e Vanessa Empinotti explora situações entre global e local no contexto de dois países da África no que se refere às pressões geopolíticas e as respostas nacionais no sentido de reivindicar e manter o acesso as suas terras e água virtual.

Juliana Sampaio Farinaci, Leila da Costa Ferreira e Mateus Batistella estudam o caso da eucaliptocultura como possibilidade de análise da modernização ecológica para as discussões sobre transição florestal. Este artigo, mostrando o papel desempenhado pela pressão da sociedade, ressalta a importância de aprofundamento quanto à importância das monoculturas florestais.

Como contribuição ao estudo de conflitos ambientais e sua dimensão jurídica na região metropolitana de Buenos Aires, Eliana Spadoni, por meio de estudo de caso de uma bacia hidrográfica, analisa o papel da defensoria pública sob o contexto das reformas constitucionais latino-americanas da última década.

Em um segundo agrupamento de artigos deste volume, destacam-se conteúdos que evidenciam a inserção dos atores sociais, como sujeitos de riscos, sob a perspectiva de uma postura crítica e participante mediante os contextos socioambientais. Maiza Ferreira de Andrade e Luiz Roberto Santos Moraes analisam criticamente a produção acadêmica de décadas quanto à contaminação por chumbo em um município do Estado da Bahia, evidenciando a tardia e reduzida participação das Ciências Sociais, bem como a insuficiente apropriação da sociedade e governo locais quanto aos riscos inerentes à exposição.

Monica Truninger analisa as bases da confiança alimentar, de caráter ‘sistêmico’ e ‘interpessoal’ em relação ao consumo de alimentos orgânicos na cidade de Lisboa.

Marcia Faria Westphal, Juan Carlos Aneiros Fernandez, Paulo Roberto Nascimento e colaboradores, focalizam processos locais de implantação de agendas sociais no Sudeste do Brasil – Cidades Saudáveis e Agenda 21. Os autores evidenciam que valores como participação, construção coletiva de políticas, sustentabilidade e empoderamento, passam a integrar o ideário e a experiência dos atores diretamente envolvidos com a promoção da saúde e qualidade de vida.

Aprendizagem em organizações é um tema abordado por Antonio Waldimir Leopoldino da Silva, Andrea Valéria Steil e Paulo Maurício Selig como resultado de processos de avaliação ambiental. O texto mostra como as avaliações ambientais oportunizam intercâmbio de conhecimento entre cientistas e atores sociais.

Por fim, Livia Garcez de Oliveira Padilha e Jorge Renato de Souza Verschoore, argumentam que a governança da ação coletiva para o desenvolvimento sustentável local é um desafio, tanto para gestores, quanto para pesquisadores. O texto se baseia no estudo sobre fóruns participativos realizados em municípios do Rio Grande do Sul.

Além do fortuito e congruente encontro de temas atuais e relevantes, a revista Ambiente & Sociedade, dando prosseguimento a importantes avanços editoriais neste ano de 2013, reforça nesse volume seu caráter internacional com a participação de

autores e editores, bem como, com a continuidade da publicação bilíngue, que tem favorecido maior acesso e difusão junto aos leitores de outros países. Isto nos estimula a fazer uma revista que promova a produção sobre a temática para um público cada vez mais abrangente.

Boa leitura!

Pedro Roberto Jacobi e Leandro Giatti